



**Horta agroecológica do Centro de Saúde da Tapera (Florianópolis - SC):
Agricultura Urbana, Políticas Públicas e Direito à Cidade**
*Agroecological Garden of the Tapera Health Center (Florianópolis - SC):
Urban agriculture, public policies and the right to the city.*

BUSTAMANTE, Marina Ribeiro¹; PARIS, Luana Cristina²; GAIA, Marília Carla Mello³
Universidade Federal de Santa Catarina
¹ ma1bustamante@yahoo.com.br; ² luana_paris@hotmail.com, ³ marilia.gaia@ufsc.br

Eixo temático: Políticas Públicas e Agroecologia

Resumo: A partir das políticas públicas voltadas para a Agroecologia e Agricultura Urbana é possível organizar ações que promovam o acesso à alimentação de qualidade a todos e todas. Em uma área pública do Centro de Saúde de um bairro periférico de Florianópolis/SC, em parceria com o Laboratório de Educação do Campo e Estudos da Reforma Agrária da Universidade Federal de Santa Catarina, o Núcleo de Agroecologia da Fazenda Experimental da Ressacada e a Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis, foi possível desenvolver ações de planejamento, orientações e plantio em mutirão de plantas medicinais e alimentícias, com adaptação do espaço para pessoas portadoras de deficiência. É importante reforçar a necessidade das organizações e movimentos populares junto aos órgãos públicos, na construção de políticas que promovam qualidade de vida para população. Muito além de cumprir uma agenda política, busca-se promover bem-estar, saúde, alimentação saudável e acessível para a população.

Palavras-Chave: Agroecologia; Promoção da Saúde; Agricultura Urbana; Soberania Alimentar e Nutricional.

Keywords: Agroecology Health Promotion; Urban Agriculture; Food and Nutrition Sovereignty.

Contexto

O objetivo deste texto é descrever a experiência de apoio ao desenvolvimento de uma horta no Centro de Saúde da Tapera, bairro periférico de Florianópolis (Santa Catarina), e a partir da mesma dialogar sobre a potencialidade e as contribuições da Agroecologia e da Agricultura Urbana como acesso à saúde e alimentação adequada, bem como reflexão sobre as políticas públicas e o direito à cidade.

Esta experiência é fruto da parceria que vem se consolidando entre o Laboratório de Educação do Campo e Estudos da Reforma Agrária da Universidade Federal de Santa Catarina (LECERA/UFSC), o Núcleo de Agroecologia da Fazenda Experimental da Ressacada (FER/UFSC), a Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis, a comunidade e a equipe de Saúde do Centro de Saúde Tapera.

A discussão do texto tem por base a reflexão realizada por Cunha e colaboradores (2016), no qual a relação entre os conceitos de Soberania Alimentar e a Agroecologia alcançam conotações políticas que empoderam populações em risco



social na luta pelo direito à saúde e alimentação adequada, conforme artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

Os movimentos sociais, entidades, organizações, comunidades rurais, comunidades de base e outros agentes da sociedade civil tiveram na luta para transformação da produção de alimentos grande impacto ambiental e social, expandindo o movimento agroecológico. Inicialmente os espaços de debate eram encontros, nos quais permeavam assuntos com as temáticas da degradação ambiental, as condições de trabalho, as técnicas de produção e questões políticas, avaliando seus efeitos e buscando alternativas e propostas de efeito, sobretudo nas políticas.

Nos últimos anos, algumas leis, políticas públicas e programas governamentais têm fomentado o desenvolvimento de experiências que se aproximam ao escopo da Agroecologia no campo e nas cidades, no âmbito Federal, no Estado de Santa Catarina, assim como no município de Florianópolis.

Um dos importantes resultados foi a aprovação da Lei de Agrotóxicos, em 1989, demonstrando que não é recente a necessidade de redução do uso de agrotóxicos, estabelecendo outros padrões de produção e consumo devido ao potencial poluidor da atividade agrícola e seus efeitos à saúde humana.

A partir dos anos 90 iniciam no país, por pressão de organizações não governamentais, movimentos para certificação ambiental na agricultura. Outros países, como Estados Unidos e Japão, já avançavam em discussões para a regulamentação da Agricultura Orgânica. A mobilização destas organizações resultou, em 1999, na publicação da Instrução Normativa N° 007, que estabeleceu normas de certificação da qualidade para os produtos orgânicos de origem vegetal e animal. Mais tarde, a Lei de 2003, conhecida como Lei dos Orgânicos.

Em agosto de 2012 foi publicado o Decreto nº 7.794 que instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Esta trouxe importantes políticas públicas que ajudaram o país a reduzir a desigualdade social, garantindo alimentos saudáveis e sem venenos para quem está no campo e na cidade. Em outubro do mesmo ano, a Secretaria Geral, por meio da Portaria Interministerial nº 328, resolve que a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) é a instância colegiada responsável por garantir a participação da sociedade civil na elaboração e no acompanhamento da PNAPO e do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO). Tal ação demonstra a valorização da sociedade civil nas discussões e proposições na busca da qualificação do PLANAPO.

No âmbito Federal não tivemos mais ações na construção de políticas para a Agroecologia e Agricultura Orgânica a partir de 2013. Aliás, nos últimos anos as políticas existentes se enfraqueceram e algumas foram extintas por decreto. Não é possível deixar de mencionar aqui que a gestão federal atual aprovou mais de 230 novos agrotóxicos nos primeiros seis meses do ano de 2019, indo na contramão de



toda uma longa discussão, com algumas pontuais conquistas, da consolidação da produção e acesso a alimentos limpos e saudáveis para todos e todas.

Na esfera estadual, após fortes enfrentamentos, Santa Catarina instituiu a Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana (Lei 17.533, de 19 de junho de 2018). Um dos objetivos desta é incentivar a produção de alimentos saudáveis por meio de práticas agrícolas sustentáveis, reforçando os princípios da Agroecologia. De forma complementar, o governo estadual aprovou em 11 de janeiro de 2019 a Lei Nº 17.677, que trata da Política Estadual de Incentivo às Feiras de Produtos Orgânicos.

Paralelamente, o município de Florianópolis instituiu o Programa Municipal de Agricultura Urbana, em 5 de junho de 2017 (Decreto 17.688), com o objetivo de promover práticas agroecológicas, aproveitando e reaproveitando, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais. Em 06 de junho de 2018, criou-se a Lei Nº 10.392 que dispõe sobre a Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Florianópolis (PMAPO). A lei objetiva, sobretudo, integrar, articular e adequar políticas públicas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica.

Complementar à PMAPO e à Lei Federal nº 12.305, de 2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos, o município de Florianópolis sancionou a Lei nº 10.501, de 08 de abril de 2019 que dispõe sobre obrigatoriedade da destinação ambientalmente adequada de resíduos sólidos orgânicos por meio dos processos de reciclagem e compostagem. Esta lei é determinante para as ações de Agricultura Urbana, no sentido de possibilidade de geração de insumo que pode viabilizar a agricultura de base agroecológica no meio urbano. E, em julho de 2019 é aprovada a emenda aditiva ao PL nº 17.794/2019 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que cria o Programa 116 “Agroecologia e Segurança Alimentar e Nutricional” em Florianópolis.

Tais medidas começam a possibilitar que ações distintas se efetivem no município, com potencial de tornar Florianópolis uma referência nas temáticas da Agroecologia, Promoção da Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional e Agricultura Urbana. Toda essa conjuntura política em torno da Agroecologia contribuiu para fomentar a produção de hortas urbanas em diversos espaços públicos no município. No entanto, o recurso para o aporte à produção nos diversos espaços e contextos, ainda está aquém do necessário para seu êxito.

Descrição da Experiência

Dos 49 Centros de Saúde de Florianópolis, quase todos tem ou já tiveram hortas medicinais e alimentícias. Porém, há uma demanda em Florianópolis, por parte da comunidade que trabalha e acessa os Centros de Saúde da rede municipal de Florianópolis de orientações técnicas e de fornecimento de mudas para as hortas estabelecidas nestes espaços.



Em virtude da aproximação da Fazenda Experimental da UFSC (que abriga o Núcleo De Agroecologia do qual o LECERA é parte integrante) e do Centro de Saúde da Tapera, ambos no mesmo bairro, facilitou o trabalho e a troca de experiências entre a comunidade e LECERA. Além disso, segundo a plataforma do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, os dados de 2010 informam que o bairro da Tapera apresentou IDH entre baixo a médio (ATLAS BRASIL, 2019), sendo necessário desenvolver políticas de ações que melhorem saúde, saneamento, educação, segurança, geração de renda, enfim, melhorem a qualidade de vida dos moradores.

Entre os meses de março a junho de 2019 foram realizadas reuniões de planejamento, envolvendo comunidade, agentes de saúde, representante da Secretaria de Saúde e pesquisadores/as e estudantes vinculados ao LECERA. Durante este período foi realizado um redesenho da horta do Centro de Saúde da Tapera, com ampliação e revitalização de canteiros e elaborado uma proposta de horta suspensa com espaços adaptados para pessoas com deficiência. Entre as atividades também foram dadas orientações de práticas agroecológicas, a importância da biodiversidade e a produção de plantas medicinais e de plantas alimentícias não convencionais (PANCs). Nesse caso, já havia uma produção e alguns usos medicinais de algumas plantas, mas a comunidade e os agentes de saúde conheciam pouco sobre os princípios ativos e as técnicas de produção de mudas por meio de matrizes. A partir do planejamento foi realizado um mutirão de reestruturação dos canteiros com plantio de novas mudas de hortaliças, com orientações de espaçamento, da importância em consorciar espécies e dos cuidados com alelopatias e inseridas espécies que podem contribuir no controle de insetos.

Em relação ao trabalho com as plantas medicinais está sendo elaborado um manual com as informações pertinentes à utilização e técnicas de produção de mudas, que ficará a disposição dos agentes de saúde com o objetivo de orientar os usuários do SUS a um tratamento com plantas medicinais (prática já comum da equipe de saúde deste Centro). Sobre as PANCs estão sendo planejadas e realizadas oficinas para identificação, potencial de uso e importância como alimento. Para as hortaliças, está sendo elaborado um calendário agrícola de plantio e colheita ao longo do ano, indicando as variedades que podem ser cultivadas pelos moradores da Tapera, facilitando o planejamento do escalonamento de produção e do manejo da horta.

Já tendo realizado uma avaliação parcial das atividades, todos os envolvidos no processo avaliaram a importância dos momentos semanais dedicados ao planejamento e todas as discussões abordadas, além de consolidarem os mutirões com o objetivo de envolver cada vez mais a comunidade. Da parte da Universidade, ressalta-se a importância de fomentar ações que promovam a governança e a condução responsável pela própria comunidade local. As orientações conduzidas de maneira participativa contribuem para organizar as ações que serão levadas a frente pelos agentes de saúde em parceria com a comunidade.

Resultados

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.



A partir do marco teórico das políticas públicas que dispõem de propostas que visam qualificar a produção de alimentos agroecológicos e orgânicos e de políticas de apoio a Agricultura Urbana e suas ações ambientais estratégicas, se constrói um caminho de interesse e reconhecimento pela população urbana. Reforça-se assim a importante necessidade das organizações e movimentos populares junto a órgãos públicos, na construção de políticas que promovam qualidade de vida para população. Não se trata apenas de cumprir uma agenda política, mas de promover bem-estar, saúde, alimentação saudável com possibilidade de acesso para a população.

É notória a importância das políticas e do apoio do poder público nas ações de Agricultura Urbana e, sobretudo para a Agroecologia. A sociedade civil se envolve a partir do conhecimento, sensibilização e de seu interesse em se organizar para buscar tais políticas. Porém, políticas de incentivo à Agroecologia carecem de instrumentos complementares, em vista da assimetria dos estímulos ao modelo convencional de produção agropecuária.

O direito à alimentação saudável e à saúde na cidade por meio da Agroecologia é viável. No entanto, carece de apoios dos mais variados níveis para sua consolidação. O sucesso decorre da construção e do acesso a informações e a serviços especializados, do estímulo à organização e de investimentos. As ações práticas de implantação de hortas agroecológicas, não dependem apenas do voluntariado e da necessidade de melhorar e qualificar espaços, mas precisam também de financiamento. Não se faz pesquisa, nem se produz alimentos e insumos, sem recursos humanos e materiais. As parcerias fortalecem, estimulam e organizam as ações, mas fazem-se necessárias também políticas de fomento para que as ações se efetivem com maior compromisso.

Referências bibliográficas

ATLAS BRASIL. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2010/pt/perfil_m/florianopolis_sc>. Acesso em: 09 maio 2019.

CUNHA, Alecsandra Santos. et al. Soberania Alimentar e Agroecologia: uma relação intrínseca. **Cadernos de Agroecologia**, [S.l.], v. 10, n. 3, may 2016. ISSN 2236-7934. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/17841>>. Acesso em: 09 maio 2019.